

POR QUE SER “VADIA” EM 2017? DIÁLOGOS COM ORGANIZADORAS DE MARCHAS DAS VADIAS NO BRASIL

Morgani Guzzo¹

Resumo: Este trabalho é parte das reflexões realizadas no andamento de minha pesquisa de doutorado, cujo enfoque são as experiências políticas, estéticas e os afetos nas Marchas das Vadias organizadas em cidades brasileiras. A perspectiva feminista decolonial é a lente utilizada para, em diálogo com as sujeitas organizadoras das marchas, discutir os principais aspectos da construção dessa mobilização no contexto latino-americano ou do “Sul” global. Características como a horizontalidade, a autogestão, o enfrentamento à cultura do estupro, a luta por direitos sexuais e reprodutivos, a presença marcante da população trans e de trabalhadoras do sexo, além das críticas de feministas negras, colocam em evidência a questão da interseccionalidade nesse espaço, provocando-nos a pensar a multiplicidade de formas de organização, a diversidade de sujeitas e, até mesmo, a pluralidade das pautas - locais e globais – que constituem as Marchas das Vadias no Brasil. Assim, buscamos neste artigo, levantar e discutir, junto com as organizadoras das marchas, a continuidade da sua organização e realização até o presente, após seis anos da primeira *SlutWalk* canadense, enfocando os principais pontos que torna essa mobilização importante tanto em nível local (nas cidades) quanto global (para o feminismo), assim como os limites e desafios percebidos pelas organizadoras a cada nova edição.

Palavras-Chave: Marcha das vadias. Feminista. SlutWalk.

INTRODUÇÃO

Quando a primeira *SlutWalk* foi às ruas, em 3 de abril de 2011, em Toronto, Canadá, mulheres vestidas com lingerie ou roupas consideradas “provocantes”, carregando cartazes e com os corpos pintados com palavras de ordem chamaram a atenção da sociedade e da imprensa local e internacional. O ato foi organizado após o policial Michael Sanguinetti falar, em uma palestra sobre segurança ministrada na Universidade de York, que se as mulheres não se vestissem como “sluts” (vadias, em português), elas não sofreriam assédio sexual. A fala

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bolsista Capes. Realiza o doutorado na linha de pesquisa Estudos de Gênero, sob a orientação da Professora Doutora Cristina Scheibe Wolff (UFSC).

gerou revolta na universidade, estimulando a realização de uma manifestação em protesto à linguagem que culpabiliza as vítimas – mulheres em sua maioria – pela violência sofrida. Esse tipo de fala, repetida por policiais e pessoas em vários setores da sociedade, compõe o discurso que permite que estupros e outros tipos de violência aconteçam e sejam justificados socialmente pelo modo como as mulheres se vestem, pelo horário em que circulam nas ruas, por andarem sozinhas em determinados lugares, etc.

Com a repercussão midiática, principalmente nas redes sociais, várias cidades do mundo realizaram atos semelhantes no mesmo ano. No Brasil, o ato foi chamado “Marcha das Vadias” ou “Marcha das Vagabundas”² e ocorreu em Fortaleza-CE (17/05/2011), São Paulo-SP (4/6/2011), Recife-PE (11/6/2011), Brasília-DF (18/6/2011), Florianópolis-SC (18/06/2011), Rio de Janeiro-RJ (2/7/2011), Salvador-BA (2/7/2011), Curitiba-PR (16/7/2011) e em várias outras capitais e cidades do interior.

Embora em 2011 a reivindicação das Marchas das Vadias no Brasil tenha seguido a mesma da *SlutWalk*-TO, nos anos posteriores, a mobilização para o ato nas cidades brasileiras foi estimulada por acontecimentos e problemáticas locais e contingenciais. Assim, a depender das ativistas que estão envolvidas na organização em cada ano e dos acontecimentos locais, as Marchas das Vadias ganham contornos muito diferentes entre si.

Abordo, neste artigo, algumas das questões que estimularam e estimulam a organização da manifestação em cada local de 2011 até 2017, realizando um recorte da pesquisa de doutorado que realizo no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – UFSC. Com as lentes das epistemologias feministas decoloniais, considero as experiências das ativistas como aspectos importantes para a compreensão dessa mobilização, assim como identifico a necessidade de que a produção de conhecimento sobre as Marchas das Vadias ocorra em conjunto com as interlocutoras, considerando suas análises e perspectivas. A partir disso, enfoco a continuidade (temporal) e as discontinuidades (temáticas, principalmente) na realização das Marchas das Vadias no Brasil, apresentando os pontos que tornam essa mobilização importante tanto em nível local (nas cidades) quanto

² Embora a primeira marcha de Fortaleza-CE tenha se chamado “Marcha d@s Vagabund@s” e a página do Facebook da marcha de Florianópolis ainda se chamar “Marcha das Vagabundas Florianópolis”, a maior parte das manifestações passou, ao longo dos anos, a se chamar “Marcha das Vadias”. Assim, opto por me referir a elas sempre como Marcha das Vadias ou MdV.

global (para o feminismo), assim como os limites e desafios percebidos pelas organizadoras em cada nova edição.

CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NAS MARCHAS DAS VADIAS NO BRASIL

Ao longo das últimas décadas do século XX, o aprofundamento da discussão teórica a respeito da produção do conhecimento científico levou algumas e alguns pesquisadoras/es a pensar e desenvolver metodologias que deem conta de considerar as diferentes ontologias e perspectivas de grupos sociais historicamente marginalizados pela ciência moderna e eurocêntrica. Desde as teorias pós-coloniais, as teorias feministas e, mais recentemente, as epistemologias des e decoloniais, a geopolítica do conhecimento - pautada nos saberes produzidos na Europa e nos Estados Unidos pelo sujeito universal masculino - tem sido questionada. A virada epistemológica proposta por essas vertentes coloca no cerne do debate teórico não só a ciência que é produzida sobre “nós” (os “objetos” de pesquisa, os “nativos”, os “selvagens” do “Sul global”) no “Norte global” ou nos “centros” do conhecimento, mas a reprodução desta mesma perspectiva por pesquisadoras e pesquisadores dos países marginalizados pelos processos coloniais, tanto em Ásia, em África quanto na América Latina³. Assim, ao propor uma ciência produzida a partir das próprias experiências enquanto povos colonizados, marginalizados pelo processo colonial/moderno patriarcal e capitalista e ainda sujeitos à colonialidade do poder⁴, as vertentes pós, des e decoloniais, assim como algumas perspectivas feministas, colocam no centro da discussão os grupos até então invisíveis tanto social quanto cientificamente: mulheres e homens negros, indígenas, quilombolas, agricultores, pessoas com deficiência, bissexuais, gays e lésbicas, pessoas trans e travestis, prostitutas, pessoas em situação de rua, entre inúmeros outros.

³ Uma abordagem histórica sobre a criação do Grupo Modernidade/Colonialidade, do qual fizeram parte os/as principais teóricas/os decoloniais é feita por Ballestrin (2013)

⁴ Segundo o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2010), a *colonialidade do poder* sustenta-se “[...] na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal” (QUIJANO, 2010, p. 84). Essa ideia e a classificação social baseada nela foram originadas há mais de 500 anos, junto com América, Europa e o capitalismo. Junto com a raça, gênero e trabalho constituíram, para o autor, as três linhas principais de classificação fundantes do padrão de poder capitalista, eurocentrado e global, que viu nas Américas a primeira oportunidade de acumulação primitiva do capital.

Grande parte das feministas latino-americanas têm se concentrado em explorar a questão de gênero como uma das variáveis da equação da dominação colonial, compreendendo o patriarcado, o machismo, o sexismo, a heterossexualidade compulsória, assim como o racismo e o classismo, como parte da herança colonial⁵. Assim, teóricas e ativistas têm construído um feminismo “encarnado” na corporalidade das mulheres e de outros sujeitos para quem as feridas do colonialismo ainda estão abertas.

A epistemologia feminista decolonial não só tem proposto metodologias de escuta para registro de experiências dos sujeitos até pouco tempo apagados pelos registros da história, mas considera os próprios sujeitos produtores de conhecimento, reconhecendo a perspectiva de quem vive as opressões como importante na compreensão e na problematização dos mecanismos e sistemas de opressão, assim como nos processos de resistência a eles.

Assim, para falar das Marchas das Vadias organizadas em cidades brasileiras, parto dos relatos das próprias organizadoras⁶. Por meio deles, é possível perceber que, apesar das inúmeras características compartilhadas entre as marchas, desde a primeira, em 2011 até hoje, 2017, alguns aspectos que dão a especificidade de algumas marchas são também os aspectos mais desafiadores para a continuidade da marcha em outros contextos.

Uma das características mais marcantes das marchas com as quais tive contato até o momento é a organização autogestionada, horizontal e autônoma. De acordo com a maior parte das organizadoras entrevistadas, esse modelo é proposto a partir da formação e do ativismo que muitas delas têm inspirado no anarquismo. Assim, o posicionamento da maior parte das marchas é de enfrentamento ao patriarcado, ao capitalismo, ao Estado e, também, partidário ou anti-partidário.

⁵ Pensadoras latino-americanas como María Lugones (2008; 2014), ampliam a perspectiva de Quijano, na qual gênero ainda está associado à questão biológica, e argumentam que a própria ideia de “gênero” foi uma criação essencial ao sistema moderno capitalista. As epistemologias feministas decoloniais (que aliam o feminismo à crítica decolonial) têm chamado a atenção para a dimensão de gênero e sexualidade do projeto colonial, cujo cerne é o patriarcado.

⁶ A realização de entrevistas como uma das técnicas de coleta de dados para a pesquisa de doutorado em andamento foi feita desde 2015 até o ano corrente, através do meu encontro pessoal com as organizadoras das marchas ou por meio de conversas pelas redes sociais e aplicativos como o What’s App. Os arquivos em áudio e vídeo foram organizados e transcritos com a autorização das interlocutoras para o uso das informações na pesquisa e nas publicações decorrentes da mesma. Até o momento, realizei entrevistas com organizadoras das Marchas das Vadias de Salvador, Fortaleza, Curitiba, Florianópolis e Rio de Janeiro. Os trechos das entrevistas são colocados em itálico para diferenciar das citações de autoras que auxiliam a pensar as questões nesse artigo.



A respeito das reivindicações, daquelas que fundam a *SlutWalk* canadense, o que se repete nas marchas de todo o mundo, inclusive no Brasil, é a discussão sobre o direito ao próprio corpo e a luta pelo fim da cultura do estupro, da violência contra as mulheres e da culpabilização da vítima. Além dessas pautas, frequentes e exaustivamente trabalhadas ao longo dos seis anos em que a Marcha se realiza, problemáticas locais tornam-se determinantes para a sua mobilização política em algumas cidades. A pauta da violência contra as mulheres, assim como a discussão de gênero e sexualidade, relaciona-se com diversas outras opressões e violências que atravessam os diferentes sujeitos e grupos sociais. Essas inter-relações entre as diversas opressões e reivindicações são levadas em conta no momento de organizar a Marcha das Vadias e, também, no momento de, enquanto grupo de ativistas, decidir atuar em outros espaços. Alguns exemplos disso são relatados por Antônia⁷, da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro (MdV-Rio de Janeiro):

A Marcha começou lá no Canadá, mas a gente só conta essa historinha pra localizar as pessoas, mas eu acho que não tem nada a ver com o que tem lá, a gente desenvolveu, aí na tradição brasileira, né, a gente já digeriu isso aí e já virou outra coisa, entendeu? Tanto é que a Marcha é diferente em cada lugar do Brasil [...] O que acontece no Rio de Janeiro[...] é muito do Rio de Janeiro, entendeu? A gente tem, por exemplo, uma luta contra o higienismo estatal, que é uma coisa que eu sei que existe no Brasil inteiro, mas que foi muito forte no Rio nesses anos. Entendeu? Então dentro desse espectro da interseccionalidade, a gente vê muito a questão da violência contra o corpo físico e como essa violência se dá no espaço, no espaço da cidade mesmo, né, de pessoas sendo expulsas, teve um caso horroroso aqui antes da Copa do Mundo, que é um edifício de prostitutas lá em Niterói, que foi invadido. Elas foram expulsas, sofreram vários tipos de abuso, a gente apoiou lá, obviamente a Indianara tava lá também... Eu acho que a gente foi um dos únicos movimentos sociais que foi... A gente foi o único movimento social que resolveu fazer alguma coisa durante a visita do Papa, entendeu? Então as pessoas falam um monte da gente, mas assim, a gente faz as coisas, né, a gente dá a cara a tapa, e acontece de apanhar também um pouco. Na verdade todo ano acontece alguma confusão e a gente já assumiu que faz parte disso. (Antônia, MdV do Rio de Janeiro, entrevista em 9/2/2017)

Antônia, nesse trecho, aponta duas questões primordiais para pensar as Marchas das Vadias no Brasil. Uma delas tem relação com a caracterização da Marcha enquanto “movimento social”. Antônia se refere a “movimento social” no sentido de um grupo que atua

⁷ Nome fictício escolhido pela entrevistada.

para além da organização da manifestação, como foi o caso do apoio dado durante a expulsão das prostitutas do edifício em Niterói. A referência à Marcha das Vadias enquanto movimento social, no entanto, é incomum entre as organizadoras até agora entrevistadas. No entanto, é interessante considerar que, enquanto grupo de ativistas organizadas em determinado período contra as opressões diversas, a Marcha das Vadias acaba sendo reconhecida como um movimento social por outros setores da sociedade. De acordo com algumas das organizadoras do Rio de Janeiro e de Curitiba, é comum que “a Marcha das Vadias” (enquanto grupo formado e que existe ao longo do ano) seja chamada para participar de debates, de rodas de conversa, de palestras em escolas, por exemplo.

A realização das marchas em cada ano é contingencial, assim, é difícil defini-la enquanto “movimento social”. Segundo as organizadoras, a dinamicidade da organização, a rotatividade de pessoas e a abertura de pautas são tidas como características que dão potência para a construção política coletiva. Indianara Siqueira, da MdV do Rio de Janeiro, pontua essa questão.

[...] a Marcha das Vadias do Rio, a gente costuma falar que é ela é atemporal. Ela pode ser organizada hoje pelas pessoas, pelas primeiras que começaram, como muitas das que começaram, estiveram desde a primeira, já não estão mais, como podem voltar em algum momento, como já voltaram, ou serem construídas por pessoas totalmente novas, e nós que construímos desde a primeira chegarmos apenas em algum momento, ou darmos o primeiro aporte para que essas novas pessoas construam a marcha e pra que levem adiante, e depois a gente chegue e cole na marcha, ou não. Então, existem várias situações. A Marcha ela é bem livre mesmo, bem aberta, né. As pessoas perguntam "É um coletivo? É uma associação? É uma ONG?" Não, ela é a Marcha das Vadias do Rio. É uma, é um coletivo atemporal. [...] não tem um formato fechado, não tem uma direção, dirigida por pessoas, ela não, é a Marcha. Ela acontece. Acontece nos debates, debates sobre feminismo, HIV, prostituição, turismo sexual, como já houve em outras, travestilidade, transsexualidade, transgeneridade, identidades de gêneros tantas que existem, orientação sexual, transfobia, lesbofobia, todas... muitos debates são feitos, pessoas são convidadas pra virem debater na Marcha. Até o dia que é o auge então da Marcha, que é o dia que a Marcha está na Rua, né. Terminou a Marcha, acabou a Marcha das Vadias do Rio. A gente continua se encontrando, a gente continua indo a bares... [...] terminou a Marcha, terminou a Marcha na rua, terminou a Marcha das Vadias. E ano que vem teremos Marcha das Vadias? Não sei, teremos?(Indianara Siqueira, MdV do Rio de Janeiro, entrevista em 4/8/2017)

Realizar ou não a marcha é uma discussão anual, segundo várias das organizadoras. O que motiva a realização pode ser tanto a vontade de sujeitas que aparecem, todos os anos, com um “gás” novo, ou pode ser um acontecimento que repercute na cidade, no Estado, no país ou no mundo. Tanto no relato de Antônia quanto de Indianara aparecem as temáticas abordadas nas construções das Marchas, que geralmente excedem a reivindicação trazida pela *SlutWalk* canadense, dando contornos específicos para cada uma das Marchas das Vadias no Brasil. A visita do Papa no Rio de Janeiro em 2014; a violência estatal contra grupos marginalizados - pessoas em situação de rua e prostitutas -, expulsos da zona central das cidades que sediaram a Copa do Mundo em 2014, como Fortaleza e Rio de Janeiro; o mesmo processo de “higienização” e gentrificação por ocasião das Olimpíadas do Rio em 2016, entre outros acontecimentos mereceram atenção e foram pautados na construção das Marchas das Vadias.

Temas como o racismo estrutural da sociedade brasileira, o impacto do discurso de “guerra às drogas” no encarceramento em massa da população negra e no genocídio de jovens negros nas comunidades pela Polícia Militar, o direito à moradia e à cidade, também estiveram presentes nas atividades de algumas das marchas. No caso de Florianópolis, cinco rodas de conversa deram enfoque a esses debates em 2015: a roda “FeminismoS”⁸, a roda “Feminismo, redução da maioria penal e descriminalização das drogas”⁹, a roda “Feminismo Negro”¹⁰, a roda “Feminismo, Veganismo e Anti-racismo”¹¹ e a roda sobre “Direito à Moradia e à Cidade”¹².

Essas temáticas, assim como a reação a casos como o estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos por mais de 30 homens no Rio de Janeiro em 2016 e o espancamento e assassinato de Dandara, em Fortaleza, em 2017 - ambos com vídeos divulgados na internet e repercussão ampla na imprensa e nas redes sociais – são razões que levam à organização das MdV. Ao reconhecerem a perspectiva da interseccionalidade, elas discutem as diferentes formas de violência sofridas pelas sujeitas, dependendo de onde se encontram na estrutura social. Nathália Dothling Reis, da MdV de Florianópolis, aborda essa questão em seu relato.

⁸ Evento da Roda de Conversa no Facebook: <<https://goo.gl/8T9zkT>>. Acesso em 20/09/2017.

⁹ Evento da Roda de Conversa no Facebook: <<https://goo.gl/3Lyibx>>. Acesso em 20/09/2017.

¹⁰ Evento da Roda de Conversa no Facebook: <<https://goo.gl/mNGug4>>. Acesso em 20/09/2017.

¹¹ Evento da Roda de Conversa no Facebook: <<https://goo.gl/SnsQUM>>. Acesso em 20/09/2017.

¹² Evento da Roda de Conversa no Facebook: <<https://goo.gl/AjKvPy>>. Acesso em 20/09/2017.



Então, era uma preocupação muito grande que a marcha daqui tivesse uma cara interseccional, mais do que uma cara, uma participação que contemplasse os tipos de mulheres diferentes. Então em 2014 a gente já pensava nisso, mas acho que isso não veio tão forte naquele ano, acho que a coisa do anarquismo tava muito forte. E do aborto, e tudo isso. Mas em 2015 eu acho que isso vem com tudo na organização. [...] Acho que assim, acho que ali foi a tentativa máxima de aproximar de outros tipos de mulheres. Aí todos os encontros eram sempre, acho que o primeiro já foi "feminismoS", né? E veio gente de feminismo negro, feminismo anarquistas que até eu fui convidada para poder falar, é, transfeminismo, feminismo comunista, enfim, brigadas populares, e acho que toda aquela organização de 2015 foi totalmente voltada para isso, era essa vontade que já tava... é, eu sei que de 2014 que foi quando eu comecei, mas eu imagino que até antes, era uma vontade muito grande de todas que enxergavam, assim, feminismos no plural, né, um feminismo que partisse das bases, das mulheres múltiplas, né. (Nathália Dothling Reis, MdV Florianópolis, entrevista em 11/4/2017).

Além de pautarem as experiências de opressões de mulheres múltiplas, sejam elas negras, lésbicas, trans, prostitutas, heterossexuais ou cisgêneras, um dos grandes desafios que as marchas tiveram ao longo dos anos foi como criar espaços de acolhimento para essas mulheres, como fazer com que elas se aproximassem das discussões que eram propostas pelas MdV. A tentativa de construir um espaço que fosse aberto, em que mulheres múltiplas pudessem se sentir acolhidas e contempladas é uma preocupação também das MdV de Fortaleza, do Rio de Janeiro, de Salvador e de Curitiba. No caso do Rio de Janeiro, Indianara conta que desde a primeira marcha, em 2011, esteve presente a temática da prostituição e das pessoas “transvestigeneres” – termo usado por ela para englobar travestis, transexuais e transgêneros.

Por isso que no Rio de Janeiro se tornou uma das Marchas das Vadias mais inclusivas, porque ela traz desde a primeira marcha e desde a sua primeira reunião de organização o recorte sobre prostituição e sobre identidade de gênero, né. Então, a Marcha das Vadias do Rio é uma das que tem mais amplitude e mais interseccionalidade nesse sentido, né. Fala desde aborto, mas também fala de prostituição, fala do direito das mulheres aos seus corpos, o direito das mulheres também se prostituírem, o direito dessas mulheres quando elas estão se prostituindo, independente se foi por opção, se por falta de opção, se elas estão ali porque elas querem ou porque uma situação financeira qualquer as levou a isso, mas que elas tenham os seus direitos reconhecidos. Também discute a questão da HIV, das mulheres com HIV, então discute, a Marcha das Vadias é bem ampla, ela é bem interseccional, mesmo. (Indianara Siqueira, MdV do Rio de Janeiro, entrevista em 4/8/2017).

De acordo com a teoria feminista, a interseccionalidade permite revelar o que não se vê quando categorias, como gênero, raça, classe, sexualidade, por exemplo, se conceituam separadas umas das outras. Assim, as teóricas feministas têm se movido conceitualmente a uma análise que enfatiza a intersecção dessas categorias.

En la intersección entre “mujer” y “negro” hay una ausencia donde debería estar la mujer negra precisamente porque ni “mujer” ni “negro” la incluyen. La intersección nos muestra un vacío. Por eso, una vez que la interseccionalidad nos muestra lo que se pierde, nos queda por delante la tarea de reconceptualizar la lógica de la intersección para, de ese modo, evitar la separabilidad de las categorías dadas y el pensamiento categorial. Solo al percibir género y raza como entretamados o fusionados indisolublemente, podemos realmente ver a las mujeres de color. (LUGONES, 2008, p. 82)

De acordo com María Lugones (2008), a denominação categorial constrói o que nomeia e, assim, acaba por invisibilizar aquelas que são dominadas e vitimizadas sob o regime de mais de um sistema de opressão. Aquelas denominadas “mulheres” sofrem opressão de gênero, mas também podem sofrer com o racismo, a lesbofobia e o capacitismo. Somente na intersecção dessas categorias é possível enxergar a opressão que vive uma mulher negra lésbica e surda, por exemplo.

O esforço das feministas decoloniais em tornar visível tanto as opressões quanto a resistência das mulheres de cor nos processos de colonização através do exercício da interseccionalidade evidencia a crítica ao próprio feminismo desenvolvido no século XX que não tornou explícitas as conexões entre gênero, classe e sexualidade como racializados. Esse feminismo enfocou sua luta e suas formas de conhecer e teorizar, contra uma caracterização das mulheres como frágeis, fracas tanto física quanto mentalmente, confinadas ao espaço privado e sexualmente passivas. Essa abordagem, que alcançou caráter hegemônico, não só não explicitou a relação entre tais características e a raça, mas a ocultou. Ao iniciar o movimento de “liberação da mulher” com essa caracterização da mulher como o alvo da luta, as feministas burguesas brancas se ocuparam de teorizar o sentido de ser mulher como se todas as mulheres fossem brancas - ou, como é parte da história do Ocidente, como se somente mulheres burguesas e brancas fossem contadas como mulheres (LUGONES, 2008).

A crítica, tanto às feministas brancas e burguesas quanto às teorias que têm mantido a universalidade da categoria “mulher” – sendo como parte dessa categoria somente as mulheres “brancas”, “heterossexuais”, “cisgêneras” e de “classe média” ou “burguesa” -, é parte essencial para a construção de epistemologias e práticas feministas outras, decoloniais. (BIDASECA, 2016). Assim, com olhar sensível às múltiplas experiências de sujeitas que resistem em territórios latino-americanos, fez-se tanto a crítica ao discurso pós-colonial e decolonial que suprime a perspectiva de gênero como aspecto primordial da colonização, quanto às teorias e práticas feministas hegemônicas (brancas e da elite), que negam as diferenças entre as mulheres e produzem lugares de enunciação privilegiados, enquanto relegam à marginalidade vivências outras.

Essa crítica teórica e política ao “sujeito universal” do feminismo é produzida também no interior da organização das Marchas das Vadias em cidades brasileiras. Devido à abertura e ao posicionamento interseccional das Marchas das Vadias, algumas disputas internas ocorreram ao longo dos anos, resultando em fissuras ou “rachas”, como as organizadoras costumam dizer. No caso da MdV de Fortaleza, o debate em torno da presença de homens heterossexuais e cis na organização gerou uma discussão que resultou na crítica à ideia de “protagonismo das mulheres” e na tomada de posição da marcha enquanto “transfeminista antagonista”.

Quando a marcha começou a ganhar mais visibilidade, da segunda para a terceira marcha, algumas pessoas começaram a criticar a participação de homens nas reuniões, na organização mesmo, e isso começou a trazer um novo viés de discussão para a marcha, não só a pauta feminista em si, mas a questão de questionarmos a própria organização do feminismo como estava se propondo até então. Porque houve essa divisão realmente, algumas pessoas deixaram de participar por não aceitar que homens participassem e dizer que os homens estavam tomando o espaço de fala das mulheres e, no caso, usava-se um termo bem forte “protagonismo das mulheres”. (Viene Ferreira, MdV Fortaleza, entrevista em 14/4/2017)

A discussão sobre o “protagonismo” das mulheres nos campos feministas se repete em outras marchas. Esse argumento é utilizado como forma de assegurar espaços de fala e escuta supostamente seguros para as mulheres dentro dos grupos, justificando que a presença masculina nos espaços faz com que algumas mulheres revivam traumas, sintam-se inseguras

ou simplesmente fiquem mais tímidas para relatar suas experiências de opressão. No entanto, junto a este argumento, algumas discussões de um velho debate do feminismo são atualizadas, como quem é o “sujeito do feminismo” e o que significa ser “mulher” ou ser “homem” na sociedade, além de reativar o binarismo de gênero que tanto se luta para desconstruir.

De acordo com a filósofa argentina María Lugones (2014), a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. Essa lógica distingue hierarquicamente humano e não-humano, homem e mulher e branco/europeu/civilizado e população nativa/selvagem. A binaridade de gênero, a divisão racial/sexual do trabalho e a hierarquia em torno de aspectos biológicos (cor da pele, genitália) são características da “colonialidade de gênero”, uma das principais ficções criadas, juntamente com a de raça/etnia, para a colonização dos povos de África e América Latina no processo de expansão colonial.

A situação de polêmica em torno da presença de homens na organização da MdV-Fortaleza foi suscitada, de acordo com as entrevistadas, por comentários em postagens no Facebook de pessoas que, até aquele momento, não haviam frequentado reuniões da marcha e, algumas, sequer eram de Fortaleza. Tal debate suscitou a necessidade de tomada de posição por parte das organizadoras naquele ano, momento em que surgiu o termo “transfeminismo antagonista”, que passou a pautar o grupo de maneira muito forte a partir de então. Viene conta que em 2013 ocorreu outro fato que fortaleceu o posicionamento da MdV-Fortaleza, que foi a participação de mulheres e homens trans e travestis nas atividades, a partir do início do projeto “Transpassando”, criado por algumas militantes da própria Marcha das Vadias na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

[...] concomitantemente a tudo isso que tava acontecendo, várias meninas, várias mulheres trans, começaram a se aproximar da universidade, né, e surgiu um programa na universidade, que é o “Transpassando”, que é como se fosse um curso preparatório para mulheres e homens trans e travestis. Nesse sentido, eles começaram, elas e eles começaram a participar dos debates, então, toda pauta que estava sendo suscitada pela não participação, nesse sentido, de homens, ou de mulheres, ou mesmo a questão da transfobia que ficou evidente em algumas falas, começou a dar outro viés para as nossas discussões, e nós acabamos nem nos perdendo nesse debate ou deixando que isso tomasse muito as discussões. O direcionamento, no caso, a inclinação, continuou nesse sentido da luta contra todas as hierarquias, né, e a chegada dessas pessoas, na universidade especificamente, elas fizeram com que o debate tomasse esse outro viés, realmente, do transfeminismo



antagonista. E a gente só pôde ganhar nesse sentido, porque veio outras questões totalmente diferentes, entendeu? Um grito muito forte que a gente tinha, que é a questão de “ser mulher não é ter buceta”, que a gente começou a pautar isso, inclusive foi colocado, sempre foi colocado isso nas discussões, entendeu? Porque existia esse apego à genitália nos debates, eram uns debates assim, bem, bem rasos, até na questão, no que a questão concerne, né, porque até a dimensão LGBTT, ela sofre com o machismo, com o patriarcado, com essa padronização dos corpos, então na verdade todos esses empecilhos, todas essas tentativas de desmobilização, todos esses acirramentos políticos só serviram para evidenciar um debate muito mais amplo e que acabou tomando proporções muito maiores, tanto pra mim, pessoalmente, quanto pra essas pessoas que surgiram que nem eram da universidade, nem participavam de quaisquer debates nesse sentido, e que as meninas vieram, né, da Avenida José Bastos, e hoje participam das rodas de conversa, hoje elas que dão opinião diretamente sobre essas questões, trazem questionamentos totalmente novos, então essa questão do transfeminismo, ela teve esse direcionamento a partir de uma polêmica, de uma tentativa de proibição, e acabou ganhando um fortalecimento na luta. (Viene Ferreira, MdV Fortaleza, entrevista em 14/4/2017).

Palloma Soares também recorda essa mudança de posicionamento da MdV de Fortaleza a partir da polêmica com relação à participação de homens e de pessoas trans na Marcha.

Na Marcha de 2015 foi uma marcha que a discussão que a gente levantou nesse ano e que a gente discutiu efetivamente foi a questão do que a gente nomeou aqui de “transfeminismo antagonista” e que a gente tinha uma discussão mais voltada às mulheres trans, foi uma marcha que trouxe a discussão com relação às mulheres trans para a pauta, e isso também foi alvo de uma certa polêmica, não só com algumas outras, assim, com outros feminismos, e outros modos de enxergar a situação, como também, como, do panorama mais geral, assim, de outras vertentes do feminismo, então foi uma boa polêmica, digamos assim. Então eu acho que não ficou só nas questões originárias da marcha, mas que aqui a gente tem tentado discutir outras coisas, incorporar outras questões, e discuti-las, mesmo encarando elas como problemas, polêmicas do interior do próprio feminismo. (Palloma Soares, MdV Fortaleza, em entrevista em 14/4/2017).

Viene complementa que o “transfeminismo antagonista” da MdV de Fortaleza não é um conceito formado, mas que seria um feminismo antagonista ao discurso do “feminismo do protagonismo” que, segundo ela, seria uma luta por “protagonismo” dentro da ordem que é patriarcal e capitalista. Assim, o “transfeminismo antagonista” se opõe a todo o sistema de gênero que, segundo sua própria experiência enquanto mulher bissexual moradora de um bairro periférico de Fortaleza, sempre determinou o que era “ser mulher” ou “ser feminina”,

julgando hierarquicamente inferior àquelas que não se enquadram nos padrões normativos de gênero e sexualidade.

O que eu entendo sobre o transfeminismo antagonista, que é esse termo que a gente vem debatendo até hoje, é o que eu entendo do princípio, que a luta anti-machista ela também é anticapitalista; e essa luta contra as hierarquias de gênero é também a luta contra as hierarquias; e essa apropriação de nós mesmos da luta contra a ordem que nos estigmatiza, nos agride, né, ela é uma luta que é uma luta que passa por esse debate de ser antagonista da ordem. Então, ainda tentando entender o que é o transfeminismo antagonista, eu coloco que o transfeminismo e o antagonismo eles se aproximam na medida em que eu entendo que a luta pelo fim do sistema de gênero é uma luta pelo fim do sistema capitalista. Então, eu compreendo assim. E dentro desse debate, as falas das mulheres trans e de alguns homens trans que eu já ouvi, colocam isso muito evidente, que o próprio sistema capitalista ele oferece padrões do que é ser mulher, do que é o ser feminino, entendeu? Ele transforma em mercadoria essa dimensão da liberdade humana, entre eu me apropriar do meu corpo e tornar, no caso, aquilo que eu quero ser. E ele pega essa liberdade, essa liberdade de escolha, e transforma em uma mercadoria. Então você acaba comprando o que é ser mulher. Então as meninas colocam muito forte isso, quando há essa competitividade entre quem é mais feminina, quem é menos feminina. Geralmente elas, e eu falo isso porque foi uma fala que eu ouvi, que quem é mais feminina é quem pode comprar o feminino que é oferecido como feminino. Então, isso é uma coisa que a gente não pode fugir do debate, a gente não pode só colocar um feminismo de protagonismo. Um feminismo de protagonismo de quê? De quem? Da ordem capitalista. Então é essa é a minha crítica que eu faço ao feminismo do protagonismo e eu me inclino totalmente ao transfeminismo antagonista quando ele se coloca nesse sentido de questionar a ordem capitalista. (Viene Ferreira, MdV Fortaleza, entrevista em 14/4/2017).

Ao colocar-se em oposição à ordem capitalista patriarcal e de gênero, as Marchas das Vadias criam e abrem espaços para sujeitas múltiplas e pautas amplas. Assim como a MdV de Fortaleza e a do Rio de Janeiro, as Marchas das Vadias de Curitiba, de Florianópolis e de Salvador também pautam e são construídas por pessoas trans. As disputas em torno das pautas e das sujeitas que participam e que têm “protagonismo” nas Marchas das Vadias no Brasil acabam por provocar uma grande rotatividade de pessoas nos grupos de organizadoras das MdV. Esse fato, no entanto, é considerado potencializador de um debate horizontal, autogestionado e autônomo. A cada ano novas problemáticas surgem, novas formas de construir o espaço e de entender ou reivindicar o próprio feminismo – ou os feminismos - são colocadas em disputa.

“E ANO QUE VEM, TEREMOS MARCHA DAS VADIAS? NÃO SEI, TEREMOS?”

A pergunta “E ano que vem, teremos Marcha das Vadias?”, relatada por Indianara Siqueira da MdV do Rio de Janeiro, é frequente ao final de cada edição da marcha. Essa questão, que tanto pode vir de uma organizadora, quanto de alguma participante da marcha no ano em questão, revela o aspecto contingencial das marchas das vadias. Não se sabe, um ano antes, o que acontecerá no ano que vem. Não se sabe se as mesmas organizadoras estarão lá, e se serão elas a “puxarem” a Marcha. Ao rebater a pergunta com “Não sei, teremos?”, Indianara coloca para a própria interlocutora a questão, evidenciando a horizontalidade e a autogestão das decisões, que é característica de várias das marchas no Brasil.

Embora existam controvérsias, “rachas” e descontinuidades – nem todos os anos há realização do ato nas cidades até agora pesquisadas – as Marchas das Vadias criam potências pessoais que são, também, políticas. Ilana Viana Amaral, da MdV de Fortaleza, comenta sobre esse aspecto que acaba por ser uma especificidade das Marchas das Vadias no Brasil.

[...] tem uma característica da marcha e nisso eu acho que ela é profundamente diferente das demais marchas, ela de fato, existe a partir de uma posição de rebeldia muito singular. Quer dizer, não tem uma mulher que esteja nessas marchas que não esteja ponto no corpo e não apenas performativamente, por exemplo, lembro que na marcha de 2014 foi extremamente tenso, a gente foi seguido pela polícia, moto tentando passar por cima... Foi extremamente tensa do ponto de vista da segurança. Sempre foi, em todas elas. [...] Em todas as marchas, o conflito com motoqueiros no meio da rua, xingamento, “bando de vagabunda” pepepe... e topar esse conflito tem a ver com essa exposição da singularidade no corpo, ali. E aí eu acho que isso diz alguma coisa muito fundamental da própria natureza ou da especificidade das marchas das vadias, não é close, não é, mas é uma apropriação da própria singularidade, inclusive como essa pauta da sexualidade é muito fundamental, isso eu acho que talvez seja outro dos elementos que, mais do que qualquer coisa se trata de assumirmos em nossos corpos e na nossa palavra a nossa condição de sujeitos, de sujeitos do nosso desejo, inclusive. Né? Barramos a violência a partir do nosso desejo, esse eu acho que é um diferencial muito importante, sobretudo para um feminismo com certa tradição de feminismo que é moralista e encareceu a um grau que chega a nos desprover de corpos. (Ilana Viana Amaral, MdV de Fortaleza, entrevista em 6/9/2017)

A rebeldia e reivindicação dos próprios corpos, singulares - brancos, pardos, negros, gordos, magros, travestis, trans, cis, com suas múltiplas vivências e identidades de gênero –, une-se ao fato de que esses vários corpos estão juntos e na rua, um espaço que deveria ser de

livre circulação e expressão, mas que é interdito pelos sistemas de gênero que violam os corpos cotidianamente – assédio, estupros e até mesmo assassinatos ocorrem por motivo de ódio às mulheres, às negras, às lésbicas, às bissexuais, as travestis, às transexuais.

Outro aspecto que Ilana apresenta é o moralismo de certa tradição feminista, que impede que pautas como a prostituição sejam defendidas ou mesmo discutidas por vários grupos feministas, inclusive nas esquerdas. As organizadoras de outras marchas também apontam a Marcha das Vadias como um espaço de potência para o debate sobre a prostituição e de articulação de pessoas trans em cidades em que esses grupos não estão ainda organizados.

Assim, buscando responder à pergunta do título, estar na rua reivindicando o termo “vadia” em 2017 ainda tem funcionado como tanto como denúncia das violências quanto de luta pelo direito de existir e ser respeitada socialmente. Além disso, é fruto da necessidade de grupos que entendem como necessária a luta política, mas que não se alinham às vertentes feministas tradicionais. Na Marcha das Vadias, desde a exposição nas ruas até a forma de organização horizontal provocam as sujeitas a serem autônomas, responsáveis, atuantes nos múltiplos espaços onde circulam. Provocam o posicionamento político e o exercício da cidadania a partir de suas próprias vivências, levando a um processo fortalecimento que é, ao mesmo tempo, individual e coletivo.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11. Brasília, maio - agosto, 2013. pp. 89-117.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, 22 (3), Florianópolis, set-dez, 2014. pp 935-952.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**. Bogotá/Colombia, n.9: 73-101, julio-diciembre 2008.

QUIJANO, Aníbal. (2010). **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, p. 84-130.